



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

039  
22  
✓

Agravo Regimental: Nº. 199094-7/01 – Recife – 2ª Vara Cível

Agravante: Banco Citibank S/A

Agravado: José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva e outro


Relator: **Des. Eduardo Sertório**

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J. APLICAÇÃO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No cumprimento de sentença, para a aplicação da multa prevista no art. 475-J, independe a intimação do devedor, contando-se o prazo para o pagamento a partir do trânsito em julgado da decisão. Precedentes do STJ.
2. Agravo improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 199094/01 em que figura como Agravante Banco Citibank S/A. e como Agravado José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva e outro ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade, negou-se provimento ao agravo nos termos do voto do relator*", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 11/10/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

040  
023  
Esse

Agravo Regimental: Nº. 199094-7/01 – Recife – 2ª Vara Cível  
Agravante: Banco Citibank S/A  
Agravado: José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva e outro  
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Cuido de Agravo Regimental interposto pelo **BANCO CITIBANK S/A** contra decisão terminativa por mim proferida nos autos do agravo de instrumento interposto contra decisão do juiz da 2ª Vara Cível de Recife – PE ao julgar impugnação ao cumprimento de sentença por ele interposto contra **JOSÉ MAURÍCIO CARNEIRO LEÃO FERREIRA DA SILVA e outro**.

O **Citibank** interpôs perante o juiz monocrático impugnação à liquidação de sentença (fls. 535/538) apontando excesso de execução no tocante aos cálculos apresentados por **José Maurício** (fls. 526/529) no que diz respeito à multa do art. 475-J e honorários advocatícios calculados sobre o total da condenação incluindo as custas processuais.

Na decisão agravada de fls. 546/547 o juiz monocrático julgou procedente em parte a impugnação excluindo o valor referente às custas processuais do valor da condenação, mantendo a multa do art. 475-J.

Contra tal decisão o **Citibank** interpôs o presente agravo regimental defendendo a aplicação da multa do art. 475-J somente após a intimação pessoal do devedor ou de seu advogado para pagamento do montante devido. Assevera ser impossível aplicar o 475-J nas situações previstas no art. 475-B. Pede a concessão de efeito suspensivo pois o Agravado pode a qualquer momento levantar o montante depositado e ao final requer a reforma da decisão para afastar da condenação a multa do art. 475-J ou em cumulação eventual de pedidos, requer que a multa incida apenas sobre o valor dos honorários de advogado e custas processuais.

Em decisão terminativa de fls. 556/557 neguei seguimento ao agravo de instrumento diante da sua manifesta improcedência, visto que, recentíssimos precedentes do STJ apontam para a desnecessidade de intimação do executado no tocante a multa do art. 475-J.

Contra tal decisão do **Citibank** interpõe o presente agravo interno pugnando pela reforma da decisão terminativa repetindo a mesma tese sustentada nas razões do agravo de instrumento.

É o relatório.

Recife, 11/12/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental: Nº. 199094-7/01 – Recife – 2ª Vara Cível  
Agravante: Banco Citibank S/A  
Agravado: José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva e outro  
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

Nada tenho a me retratar. A decisão deve ser mantida pelos seus próprios termos que volto a repisá-los:

"(...)

A matéria já se encontra deveras pacificada no STJ, conforme se extrai dos seguintes julgados:

**PROCESSUAL CIVIL. MULTA DO ART. 475-J. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELAS TURMAS DA PRIMEIRA E DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ.**

**INCIDÊNCIA. REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**I. Segundo entendimento pacificado nesta Corte, no cumprimento de sentença, a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC independe de intimação pessoal do devedor.**

**II. Agravo regimental improvido.**

(AgRg no Ag 1105274/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 28/09/2009)

No mesmo sentido

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO.**

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LEI 11.232/05. ART. 475-J, CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. ART. 557 § 2º, CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ARTS. 17 E 18 DO CPC. INDENIZAÇÃO.**

**1. É desnecessária a intimação pessoal do devedor para fins de cumprimento de sentença na forma do art. 475-J do CPC. Precedentes.**

**2. Cabe aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC na hipótese de recurso manifestamente improcedente, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do respectivo valor.**

**3. A interposição reiterada de recurso manifestamente improcedente caracteriza a conduta de litigância de má-fé prevista no art. 17 do CPC.**

**4. Agravo regimental desprovido com aplicação de multa.**

(AgRg no REsp 1039082/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 05/10/2009)

E ainda:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. LEI N. 11.232/2005. REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO.**

**1.**

(...)

- 042
4. A aprovação da Emenda Constitucional n. 45/2004 implementou a primeira parte da reforma do Poder Judiciário e possibilitou novos debates a respeito da elaboração de mecanismos que pudessem imprimir maior celeridade à prestação jurisdicional, em prestígio à cláusula constitucional imodificável que assegura a razoável duração do processo (inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal).
  5. A Lei n. 11.232/2005 trouxe novo paradigma ao Processo Civil brasileiro, que, a despeito de anteriormente segregar o processo executório do cognitivo e sujeitar o credor a outro processo verdadeiramente de conhecimento (embargos de devedor), passou a admitir que o cumprimento da sentença fosse efetivado no bojo da ação de conhecimento.
  6. Essa novel característica simboliza o sincretismo entre o processo de conhecimento, em que o juiz condena, e a execução, na qual o mesmo juiz possibilita o cumprimento da obrigação, no sentido de que o processo de conhecimento goza de "executividade intrínseca".
  7. Logo, tendo em conta que o cumprimento da sentença nada mais é do que uma fase do processo cognitivo, revela-se desnecessária a intimação da parte, quer pessoal, quer pelas vias ordinárias, para esse mister, máxime porquanto a satisfação da obrigação é subjacente ao trânsito em julgado da sentença, cuja comunicação é obrigatória.  
Precedentes: EDcl no AgRg no Ag 1.039.719/RJ, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 15 de junho de 2009; AgRg no REsp 1.074.563/RS, Relatora Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ de 4 de maio de 2009; e REsp 1.087.606/RJ, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 23 de abril de 2009.
  8. Ademais, compete ao devedor cumprir espontaneamente a obrigação no prazo de quinze dias (art. 475-J), sob pena de, não o fazendo, pagar multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
  9. Recurso especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido.  
(REsp 1084866/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 16/09/2009)

De igual modo o entendimento desta Egrégia Corte:

**AGRAVO INTERNO. EXEGESE DO ART. 475-J, CPC. O DIAS A QUO DA FLUÊNCIA DO PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DEVE SER CONTADO, NÃO DA INTIMAÇÃO AO DEVEDOR (SEJA AO PRÓPRIO OU AO SEU ADVOGADO), MAS, SIM, CONFORME AMPLO ENTENDIMENTO DO STJ, DO TRÂNSITO EM JULGADO.** (TJPE, Agravo nº 178146-6/01, Rel. Des. Antônio Carlos Alves da Silva, 5ª Câmara Cível, dec. una, julgado em 10/12/2008)

Por tais razões não há como prosperar o pedido recursal do Citibank.

Importante ressaltar que não incide sobre o caso em tela o obstáculo defendido pelo Agravante no tocante a previsão contida no art. 475-B.

Isso porque, para a aplicação do art. 475-J basta apenas que a dívida seja líquida, fato este constatado no caso em análise, portanto, o pagamento espontâneo se faz por simples cálculos aritméticos, o que afasta a previsão do art. 475-B.

Sob tal aspecto, importante transcrever as lições de Fredie Didier Jr<sup>1</sup>:

"Para que incida o *caput* do art. 475-J, é preciso que a dívida seja líquida; enquanto não for liquidado o valor da obrigação pecuniária

<sup>1</sup> DIDIER JR, Fredie. Curso de direito processual civil, vol 5. Salvador: Podivm, 2009, p. 516.

043 25

devida, não se pode falar de inadimplemento, muito menos de multa sobre um montante que não se sabe qual é. Eis a razão do trecho do *caput*: condenado o devedor "ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação."

No caso em tela verifica-se na sentença de fls. 307/318 a condenação imposta ao Citibank, ora agravante, líquida no valor de R\$ 304.674,00 (trezentos e quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais), motivo pela qual possuía totais condições de cumprir voluntariamente a condenação e não o fez, portanto, deve incidir a multa em controvérsia.

Por fim, verifico pedido alternativo na peça recursal no tocante a incidência da multa apenas no tocante aos honorários advocatícios e das custas processuais.

Neste particular, não conheço das razões recursais, visto que, tal alegação não foi submetida à apreciação do juízo monocrático, pretendendo o Citibank, ora agravante, inovar a lide em sede recursal, ato este vedado pelo ordenamento jurídico.

Diante do exposto, a teor do art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao presente Agravo de Instrumento, pois manifestamente improcedente e contrário a jurisprudência dominante do STJ.

Como visto, os recentes precedentes do STJ definem o entendimento daquela Corte Maior no sentido de ser totalmente desnecessária a intimação do devedor para incidência da multa do art. 475-J.

Por fim, importante se pronunciar sobre o argumento desfilado pelo agravante no sentido de existir ponto não analisado na decisão recorrida, no tocante a aplicação da multa proporcional à diferença entendida como devida, diferença esta que diz respeito às custas processuais e honorários advocatícios.

Ao contrário do defendido pelo agravante, não há qualquer ponto omissos no julgado no tocante a tese recursal por ele defendida. Na decisão terminativa restou refutada a aludida tese deixando claro se tratar de inovação recursal.

Para que não reste dúvida ao Agravante, transcrevo novamente o trecho da decisão terminativa que refuta a tese entendida por ele como omissa:

"(...) Por fim, verifico pedido alternativo na peça recursal no tocante a incidência da multa apenas no tocante aos honorários advocatícios e das custas processuais.

Neste particular, não conheço das razões recursais, visto que, tal alegação não foi submetida à apreciação do juízo monocrático, pretendendo o Citibank, ora agravante, inovar a lide em sede recursal, ato este vedado pelo ordenamento jurídico. (...)

044

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo.

Recife, 11/12/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator